



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**



MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DE MADEIRA DE LEI NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL, conforme detalhamento constante no Memorial descritivo, Especificações Técnicas, Orçamento Descritivo, Planilha Resumo, Planilhas Orçamentárias, Memória de Cálculo dos Quantitativos da Planilha, Composição de Custos, Cronograma Físico – Financeiro, Composição Analítica do BDI e Plantas anexas, convênio nº403/DPCN/2019(Plataforma + Brasil nº 892979/2019), celebrado entre o Município de Itaubal e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL, localizada na Avenida Laurita de Almeida Barbosa – 1134 – Centro – Itaubal - AP

**DATA:
HORÁRIO:**



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fis. 02/48



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0510.0115/2022 SEMOSP/PMI
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 CL/PMI
TERMO DE RETIRADA DE EDITA**

Visando a eventual necessidade de comunicação direta entre esta Prefeitura Municipal de Itaubal – Central de licitações – CL/PMI e as empresas interessadas em participar da presente licitação, solicitamos preencher e enviar os dados do Termo de Recebimento de Edital para o e-mail: **centraldelicitacaoitaubal@gmail.com**

O não envio dos dados eximirá a Administração de responsabilidade de comunicação direta de eventos relacionados ao procedimento licitatório, ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de referência, de sua publicação na Imprensa Oficial e/ou em jornal de grande circulação.

NOME EMPRESARIAL

CNPJ (MF) Nº

ENDEREÇO COMPLETO

TELEFONE/

CIDADE/ESTADO

E-MAIL

Recebemos da Prefeitura Municipal de Itaubal – Central de Licitações – CL/PMI, nesta data, cópia do Edital da Licitação acima identificada.

_____ de _____ de 2022

Assinatura e carimbo

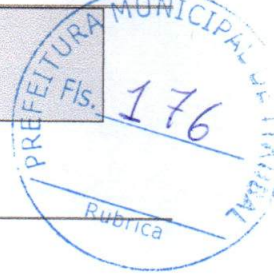


ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 03/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



1- PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL**, através da Central de Licitação, instituída pelo Decreto nº **025/2022- GAB/PMI**, torna público aos interessados que fará realizar licitação na Modalidade Tomada de Preços, **tipo Menor Preço Global**, sujeitando-se a Forma de Execução Indireta, pelo Regime de Empreitada por Preço Global, de acordo com o art. 45, § 1º, inciso I, combinado com o art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93, observadas as normas estabelecidas no presente Edital e em seus anexos, aplicando-lhe os ditames da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas complementares. A presente licitação será regida pelas disposições da lei 8.666/93 suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 147/2014, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Decreto nº 9.412/2018 e demais disposições legais pertinentes e aplicáveis à espécie. O edital e seus anexos estão disponíveis no site: <http://itaubal.ap.gov.br>. A sessão será conduzida pela Central de Licitação, designada nos autos do processo em epígrafe

1 – DA ABERTURA

1.1 – A Central de Licitações receberá os documentos e propostas em sessão pública a ser realizada, conforme abaixo indicado:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL, localizada na Avenida Laurita de Almeida Barbosa – 1134 – Centro – Itaubal - AP

Decorridos 5 (cinco) minutos do horário abaixo estabelecido, a subcoordenadora de obras e serviços públicos da CL dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes, não sendo permitido, a partir de então, o recebimento de quaisquer outros envelopes.

Na hipótese de não haver expediente nesta data, a abertura da licitação ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, independente de comunicação no mesmo horário e local.

DATA: XX de XXXX de 2022

HORÁRIO:

ATENÇÃO: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL** recomenda aos licitantes que leiam com atenção o presente Edital e seus anexos.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fis 04/48



1.1. DATA DE LANÇAMENTO DO EDITAL:	
1.2. DATA DE PUBLICAÇÃO:	
1.3. MEIOS DE PUBLICAÇÃO:	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itaubal, Diário Oficial do Município de Itaubal, Diário oficial da União, diário oficial do estado do Amapá e Jornal de Grande circulação.
1.4. DATA E HORA P/CREDENCIAMENTO:	
1.5. DATA E HORA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES 01 E 02:	
1.6. LOCAL PARA CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:	Avenida Laurita de Almeida Barbosa – 1134 – Centro – Itaubal - AP
1.7. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:	O Edital completo poderá ser adquirido na Sala da Central de Licitações, no horário de 08:00 às 12:00h, pelo Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itaubal-AP, no endereço https://itaubal.ap.gov.br , na Sala da Central de Licitações



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fls 05/48

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**



2 - DO OBJETO

2.1- Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DE MADEIRA DE LEI NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL**, conforme detalhamento constante no Memorial descritivo, Especificações Técnicas, Orçamento Descritivo, Planilha Resumo, Planilhas Orçamentárias, Memória de Cálculo dos Quantitativos da Planilha, Composição de Custos, Cronograma Físico – Financeiro, Composição Analítica do BDI e Plantas anexas, convênio nº 882750/2019, celebrado entre o Município de Itaubal e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

2.3- É facultada às empresas interessadas em participar do certame, a realização de visita prévia para inspeção do local da obra, tendo por finalidade o esclarecimento de informações necessárias à elaboração da proposta.

2.4- A visita ao local deverá ser previamente agendada junto a Secretaria Municipal de Obras do Município de Itaubal.

2.5 O valor máximo total a ser pago pelo objeto desta licitação é de **R\$ 2.004.000,00 (dois milhões e quatro mil reais)**

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Tomada de Preços às empresas que:

3.1.1. Atendam as condições deste Edital e seus anexos, e que apresentem os documentos nele exigidos;

3.1.2. Não estejam sob dissolução e/ou liquidação;

3.1.3. Não sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam sua forma de constituição;

3.1.4. Que comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos nas Condições DA HABILITAÇÃO e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade compatível com o objeto licitado.

3.1.5. Em obediência ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), terão preferência de contratação e deverão

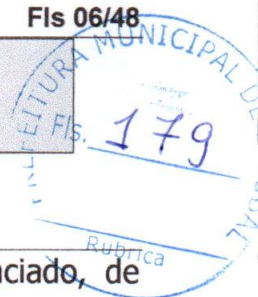


ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 06/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



entregar junto à credencial declaração de enquadramento no regime diferenciado, de acordo com o considerado no art. 3º.

3.1.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes do certame deverão declarar sua condição através do Termo de Enquadramento emitido pela Junta Comercial no exercício corrente.

3.1.7. A não entrega da Declaração ou Termo de Enquadramento do subitem anterior indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da LC 123/2006.

3.1.8. Empresas que estejam legalmente cadastradas na Secretaria Municipal Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itaúbal, através da CENTRAL DE LICITAÇÕES PMI, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, estabelecidas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, de acordo com o art. 22, § 2º da Lei nº 8.666/93.

3.1.9. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.2. Não poderão participar desta Tomada de Preços às empresas:

3.2.1. Que não tenham sede no País;

3.2.2. Em consórcio ou cooperativadas;

3.2.3. Suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas do direito de contratar com a Administração Pública Direta, Indireta, Federal, Estadual e Municipal, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº.8.666/93;

3.2.4. Declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública, Direta, Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei nº. 8.666/93;

3.3. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada a apresentação de documentos de identificação e Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular, com firma reconhecida em cartório. Em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado deverá apresentar cópia do contrato social identidade.

3.4. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Itaúbal, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico

4- DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Considera-se como representante, qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta;

4.2. Entende-se por documento credencial:



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fls 07/48



4.2.1. **Contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa **licitante**, acompanhado de documentos de Identificação e cópia;

4.2.2. **Instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida**, com poderes para que a pessoa credenciada possa representá-la em qualquer fase desta licitação e com amplos poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhado de **Contrato social** e documento de Identificação, devidamente reconhecidos em cartório competente ou por membro da central de licitações PMI devidamente autorizado.

4.3. Cada **credenciado** poderá representar apenas uma empresa **licitante**;

4.4. O documento **credencial** poderá ser apresentado à **Central de licitações** no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "**Documentação**" e "**Proposta**", ou quando está o exigir;

4.5. A não apresentação do credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em nome da empresa.

4.6. A falsidade das declarações prestadas poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas neste edital, mediante o devido processo legal e implicará, também, na inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

5- DA HABILITAÇÃO

5.1. A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado e colado em seu fecho, deverão conter junto ao lacre, carimbo do CNPJ da firma, bem como assinatura de seu representante legal.

5.1.2 Todos os documentos deverão ser encadernados, preferencialmente em espiral contínua, em volumes com todas as folhas rubricadas e numeradas, de modo a não permitir folhas soltas em ordem crescente (1, 2, 3, ...), apresentando CAPA, onde deverá conter:

a) Titulação do conteúdo, o nome da Licitante, o número do Edital, dia e hora de abertura e o objeto a ser licitado, ao final deverá ser apresentado, ainda:

b) Termo de Encerramento.

5.1.3 Tendo na parte frontal externa e de maneira bem nítida os dizeres e contendo os documentos listados abaixo:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CENTRAL DE LICITAÇÕES PMI



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 08/48

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

TOMADA DE PREÇOS Nº.003/2022-CL/PMI.
ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO
LICITANTE / Nº. DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

5.1.4- A licitante deverá apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Itaubal, através da Central de licitações PMI, sob pena de inabilitação, conforme item 3.1.8 deste edital.

5.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 5.2.1. Cédula de identidade dos sócio e Procurador, caso tenha;
- 5.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 5.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 5.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 5.3.1. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ;
- 5.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser Contratado;
- 5.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 5.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fls 09/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



5.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei e a Certidão Negativa de Execução Fiscal, emitida pela Procuradoria Geral do Município da sede da empresa.

5.3.8. Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme modelo constante do **Anexo IV**, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da empresa, devidamente identificado, sendo que, se firmado por este Último deverá estar acompanhada por instrumento particular ou público de outorga de mandato, cuja apresentação é obrigatória.

5.3.9. Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa, emitida até 30 (trinta) dias antes da abertura do certame.

5.3.10. Alvará de Localização e Funcionamento da sede da licitante.

5.3.11. Certidão Negativa de Execução Fiscal do Município de Itaubal.

5.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. Certidão Negativa de **Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica.

5.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último exercício social, o qual deverá ser firmado por Contador ou Técnico em Contabilidade, devidamente habilitado, indicando o seu número de registro perante a Entidade Profissional correspondente, cuja comprovação será por meio da aposição da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, devidamente dentro da validade, bem como cópia da ata da assembleia que o aprovou, quando se tratar de sociedade por ações. Devidamente registrado e arquivado na respectiva Junta Comercial do Estado do domicílio da licitante, e com o selo de autenticidade do Conselho Regional de Contabilidade, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

5.4.3. A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (≥ 1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fis 10/48



Passivo Circulante

5.4.4. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação será considerada inabilitada.

5.4.5. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação de Certidão simplificada da Junta Comercial.

5.4.6. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

5.4.7. Garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1o do art. 56 da Lei nº 8.666/93, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, combinado com o art. 31, inciso III.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. § 1o Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

5.4.8. Se a garantia for apresentada em caução em dinheiro, as empresas não vencedoras poderão retirar assim que for concluído o referido processo licitatório, já a empresa vencedora só poderá retirar quando for emitido o termo de recebimento da obra.

5.4.9. As empresas interessadas na participação deverão realizar o caução de 1% do valor orçado pela Administração, em nome da Prefeitura Municipal de Itaubal - Conta 14.944-6 - Agência 4435-0 - Banco do Brasil.

5.4.10. O comprovante do item 5.4.7 deverá acompanhar a documentação no envelope de habilitação, caso contrário, a empresa será inabilitada.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fis 11/48



5.4.11. O comprovante de pagamento da Apólice deverá acompanhar a mesma no envelope de habilitação, caso contrário a licitante será inabilitada.

5.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Comprovação de Registro e de Regularidade referente à Pessoa Jurídica e de seu(s) responsável(is) técnico(s) ao presente exercício, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do domicílio ou sede da empresa;

5.5.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa à obra em questão;

5.5.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no tópico 5.5.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante, juntamente com ART ou RRT de Cargo e Função do responsável técnico; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil).

5.5.4 Atestado de Capacidade Técnica – **operacional**, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características do objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância do objeto da licitação:

Parcela de maior relevância:



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**



Item	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE LEI NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL	UND	QUANTIDADE
01	Passarela em madeira de lei com 1,50 m de largura	METROS	500

5.5.4. Atestado de Capacidade Técnica – Profissional, em nome do responsável técnico da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento e/ou prestação de serviços semelhantes ao desta licitação.

Parcela de maior relevância:

Item	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE LEI NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL	UND	QUANTIDADE
01	Passarela em madeira de lei com 1,50 m de largura	METROS	1.377

5.5.5. Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação Comprovados através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra.

5.5.6. Serão inabilitadas às empresas que apresentarem atestados de Capacidade Técnica emitidos por Empresas que estejam Declaradas Inidôneas.

5.5.7. A vistoria técnica referente ao local da obra que compõem o objeto desta licitação, será realizada, obrigatoriamente, pelo seu responsável técnico, em conjunto com a Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos, preferencialmente até 03 (três) dias Úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação com o comparecimento na referida Secretaria, localizada na a Av. Laurita Almeida Barbosa - Centro – Itaubal/AP, A/C Sr.Jaison Da Costa Picanço, Secretário de Obras e Serviços Públicos, podendo ser solicitado o agendamento pelo e-mail: centraldelicitacaoitaubal@gmail.com

5.5.8. Declaração da empresa de que, se vencedora:



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Fls 13/48

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

- Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o tópico 5.5.2, supra.
- Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e
- Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

5.5.9. A licitante deverá apresentar o Atestado de Visita Técnica emitido pela Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos com data preferencialmente de até 03 (três) dias Úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação, sendo que a visita deverá ser realizada pelo Responsável Técnico indicado no tópico 5.5.2. Caso contrário, a licitante que não realizar visita técnica deverá fazer uma Declaração que tem conhecimento de todos os procedimentos da execução do contrato.

5.5.10. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante do Anexo VI.

5.5.11. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

5.5.10 A licitante deverá apresentar consultas conforme determina o art. 44 da Portaria Interministerial nº 424/2016:

- Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no Portal do TCU: <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>.
- Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.
- Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta ao SICAF: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicafb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>, sendo a Declaração e o CRC.
- Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- Consulta da situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas -CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência.

5.5.11 As informações contidas nos documentos retro citados estarão sujeitas à comprovação mediante diligência, nos termos do art. 43, § 3º da Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fis. 14/48

Fis. 187

Rubrica

- 5.5.12 Apresentar Cadastro Técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, juntamente com o certificado de regularidade, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis;
- 5.5.13 Os documentos elencados no item 5.5.10 são obrigatórios, caso a licitante não apresentar, de acordo com o item, será inabilitada.

6. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NOS ITENS 5.1 A 5.5.

- 6.1. Os documentos relacionados acima deverão ser apresentados no ato da abertura do processo licitatório, devidamente reconhecidos em cartório competente ou por membro da comissão devidamente autorizado.
- 6.2. As firmas cadastradas que estiverem com certidão ou qualquer outro documento com prazo de validade vencido deverá apresentar os referidos documentos com datas devidamente atualizadas até a data de abertura do envelope relativo à documentação atendendo os dispositivos do item anterior 6.1
- 6.3. A Central de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado em fotocópia, sempre que houver dúvida ou julgar necessário.
- 6.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e com número do CNPJ e com o endereço respectivo, ou seja, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:
- 6.4.1. Serão dispensados da Filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 6.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.

7 - DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 7.1. Depois de examinados os documentos apresentados para efeito de habilitação dos licitantes, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências deste ato convocatório;
- 7.2. Sob pena de inabilitação, serão aceitos somente documentos:
- 7.2.1. Em língua portuguesa (permitindo o uso de expressões técnicas de uso comum em outra língua -jargão);

Rubrica



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fls 15/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



7.2.2. Em cópias legíveis e sem rasuras;

7.2.3. Cujas datas estejam legíveis e sem rasuras.

7.3. Serão considerados INABILITADOS os licitantes que não atenderem ao item V e subitens deste Edital, deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;

7.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Central de Licitação poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias Úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório, conforme a Lei 8.666/93.

8 - DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser apresentada, em uma via, e em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CENTRAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº.001/2022-CL/PMI.
ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE / Nº. DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**

8.2. Ser datilografada ou impressa por processo eletrônico em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via escrita em língua portuguesa, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datadas e assinadas por quem tenha poderes de representação.

8.3. Folha de identificação do licitante, contendo: Razão Social, CNPJ/MF, Inscrição Distrital/Estadual/Federal, nome do responsável/contato, banco, agência e o número da conta corrente do licitante, para a qual deverá ser emitida a ordem bancária, endereço completo, número de telefone, site da internet e endereço eletrônico (se aplicável);

8.4. Valores unitário, total e global da proposta, obrigatoriamente, expresso em planilhas para cada serviço, e para cada unidade, contendo no mínimo os itens descritos no **Anexo II – Planilha Orçamentária** cotados em moeda nacional (R\$), em algarismo e por extenso sendo que:

8.4.1. Conterá indicação do valor unitário por categoria de serviço englobando todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para-fiscais ou taxas, discriminado, referindo-se somente a uma unidade de cada item de serviço;

8.4.2. Deverão ser apresentadas as **Composições Unitárias dos itens** constantes na Planilha de Formação de Preços. Bem como a apresentação do cálculo do BDI, **Benefícios e Despesas Indiretas e cálculo dos Encargos Sociais.**



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fis 16/48



8.4.3. Ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerão os descritos por extenso. Ocorrendo discordância entre os valores unitário e total, prevalecerá, sempre, o menor valor.

8.4.4. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de classificação será da exclusiva e total responsabilidade do licitante.

8.4.5. Deverá ser apresentado, **Cronograma Físico financeiro**.

8.4.6. Os itens unitários **cotados NÃO** poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

8.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da apresentação das propostas;

8.6. Declaração do licitante de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para-fiscais ou taxas, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação, anexo VIII;

8.7. Especificação de que os prazos de execução dos serviços não serão superiores aos indicados ou aos solicitados neste Edital;

8.8. Não se admitirá proposta que apresente preço unitário ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

8.9. Os preços deverão ser correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº. 8.666/93, cujos parâmetros são as cotações de preços efetuadas pela administração na fase do procedimento interno.

9- DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, a Central de Licitação receberá os envelopes contendo a "HABILITAÇÃO" e a "PROPOSTA DE PREÇOS", em sessão pública, não se aceitando, em qualquer hipótese, a participação de empresa retardatária, a não ser como ouvinte e previamente avisada a central de licitações pelo e-mail: centraldelicitacaoitaubal@gmail.com, com objetivo de evitar aglomerações por conta do Covid-19 e da variante Ômicron.

9.2. O procedimento iniciar-se-á com a abertura do envelope Nº 01 -HABILITAÇÃO, contendo a documentação de habilitação, a qual será rubricada pelas licitantes presentes e membros da Central.

9.3. Após a apreciação dos documentos, a central declarará habilitadas as licitantes que apresentarem a documentação na forma indicada neste Edital.



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fls 17/48



9.4. Não havendo impugnações quanto à habilitação, as licitantes poderão, unanimemente, desistir da interposição de recurso, o que constará em ata e em termo próprio, procedendo-se à abertura dos envelopes Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes habilitadas.

9.5. Não havendo unanimidade quanto à renúncia de recurso, os trabalhos serão suspensos, abrir-se-á prazo recursal e lavrar-se-á ata circunstanciada dos trabalhos até então executados. Nessa hipótese, os envelopes-proposta, devidamente lacrados e rubricados pelos presentes, permanecerão, até que se reabra a sessão, sob a guarda e responsabilidade da Central de licitações PMI.

9.5.1. Será comunicado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, às licitantes habilitadas e às licitantes recorrentes, mediante notificação, a data, hora e local da abertura da sessão para julgamento das propostas.

9.6. Será considerada notificada da designação da data, horário e local a que se refere o subitem anterior, independentemente de notificação por escrito, a licitante cujo representante estiver presente à reunião e assim ficar consignado em ata, mediante sua assinatura aposta no referido documento.

9.7. Após a abertura dos envelopes-proposta, a Central de licitações PMI divulgará às licitantes presentes as condições oferecidas pelas participantes habilitadas, sendo as propostas rubricadas pelos representantes credenciados das mesmas e pelos membros da central.

9.8. Para fins de Adjudicação Global, no julgamento das propostas será levado em consideração o tipo de licitação Menor Preço Global, conforme o art. 45, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93.

9.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

9.10. Encerrada a análise das propostas apresentadas, em conformidade com as exigências contidas neste Edital, a classificação far-se-á pela ordem crescente, entre as propostas licitantes em julgamento.

9.11. A omissão, erro ou exclusão de serviços ou quantidades na proposta, ou nos orçamentos discriminados de quaisquer itens contidos no Projeto Básico e demais elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Itaubal- PMI não exime a contratada de executá-los dentro do preço proposto.

9.12. No caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o preço unitário, considerando-se duas casas após a vírgula.

9.13. Serão desclassificadas as propostas que:

9.13.1. Não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fls 18/48



- 9.13.2. Contenham emendas ou rasuras;
- 9.13.3. Contenham prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias;
- 9.13.4. Contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, na forma da legislação vigente;
- 9.13.5. Contenham cotação superior ao preço máximo estabelecido para o serviço;
- 9.13.6. Estipulem pagamento antecipado ou cotarem na primeira parcela do cronograma físico-financeiro, superior ao valor proposto pela PMI;
- 9.13.7. Tiverem cotação em moeda estrangeira;
- 9.13.8. Não contiver informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;
- 9.13.9. Omitirem materiais ou serviços, bem como, as marcas dos materiais, com base nas planilhas orçamentárias e nos memoriais descritivos fornecidos pela PMI, ressalvado o que estabelece o presente Edital;
- 9.13.10. Omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução do serviço;
- 9.13.11. Das empresas que estejam inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.14. É facultada à Central Licitação PMI ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do art.43, § 3º, da Lei nº.8.666/93.
- 9.15. É facultada à Central de Licitação ou autoridade superior, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias Úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, nos termos do art.48, § 3º, da Lei nº.8.666/93.
- 9.16. Depois de vencida a fase recursal, os envelopes-proposta das empresas inabilitadas ficarão à disposição da licitante durante 30 (trinta) dias, findo os quais serão inutilizados, mediante a lavratura de termo próprio.**

10- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto do convênio nº 892979/2019 celebrado entre esse Município e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte, neste ato fixados em R\$ 2.004.000,00 (dois milhões e quatro mil reais) serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte /classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 05– Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade de Despesa: 15.452.0501.1-012 – construção e/ou reforma de passarelas



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fls 19/48



Elemento: 4.4.90.51.00.00 - Obras e instalações
Rubrica: 001- Recursos de próprio

11 - DOS RECURSOS

11.1. Dos atos da central de Licitação, conforme art. 109 da Lei nº.8.666/93, cabem:

11.1.1. Recurso no prazo de 05 (cinco) dias Úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária para licitar ou multa;
- e) rescisão unilateral do contrato pela Administração;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

11.1.2. Representação no prazo de 05 (cinco) dias Úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

11.1.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias Úteis da intimação do ato, no caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

11.2. A intimação dos atos referidos no subitem 11.1.1, alíneas "a", "b", "c" e "d", excluídos os de advertência e multa de mora, e no subitem 11.1.3 será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, ou através de ofício;

11.3. O recurso previsto no subitem 11.1.1, alíneas "a" e "b" terá efeito suspensivo;

11.4. Interposto o recurso, este será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias Úteis;

11.5. O recurso será protocolizado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Itaubal-PMI no horário de 08h00min as 12h00min, sendo dirigido a Central de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias Úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade competente, devidamente informados. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias Úteis, contados do recebimento do recurso;

11.6. Não serão considerados os recursos que se basearem em aditamentos ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso;

11.7. As decisões da Central de Licitação somente serão consideradas definitivas, no âmbito administrativo, depois de homologadas pelo Senhor Prefeito Municipal José Serafim Picanço



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 20/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



Filho, sem prejuízo do controle jurisdicional sobre os atos da Administração Pública, previsto constitucionalmente, dando-se conhecimento, por escrito, aos interessados;

11.8. O processo terá vista franqueada aos interessados, que deverão, querendo, solicitar através de requerimento encaminhado à Central cópia das peças do processo necessárias à argumentação de seus respectivos recursos, vedada a retirada dos autos do processo no âmbito desta Central Permanente de Licitação;

11.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer até o segundo dia Útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

11.10. O licitante deverá, de preferência, comunicar à Central de Licitação, do recurso interposto, logo após ter sido protocolado na PMI.

12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A homologação desta Tomada de Preços e à adjudicação do seu objeto somente será efetivada após a decisão classificatória, esgotados os prazos dos recursos administrativos.

12.2. O julgamento e as respectivas classificações das propostas serão submetidos à apreciação e homologação do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal.

12.3. Homologada esta licitação, seu objeto será contratado com a firma licitante adjudicada;

12.4. No caso em que o adjudicatário venha a decair do direito a contratação do objeto desta licitação, a PMI poderá revogar a licitação ou convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação.

13 - DAS PENALIDADES

13.1. As empresas que deixarem de cumprir as condições estabelecidas no Edital e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interessados da PMI sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, seção II, art. 86, 87, 88 da Lei 8.666/93, ficará sujeito as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa

b.1. Compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias Úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço, por dia de inadimplência, até o limite



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fls 21/48



máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14 – DA CONTRATAÇÃO

14. 1. Fica estabelecido que, com a empresa vencedora seja celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias Úteis, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666/93.

14.2. O contrato, atendendo as disposições de ordem legal que regem a matéria, conterà, ainda, fundamental e obrigatoriamente em suas cláusulas, como base, as normas gerais desta licitação.

14.2.1. Constam no **ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO**, as condições e os demais elementos necessários à execução da obra, tais como: valor, prazos condições de pagamento, condições de recebimento dos serviços, responsabilidades das partes, garantia, sanções e tudo o mais relacionado com o objeto da contratação, de acordo com os requisitos legais do artigo 55, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.3. O prazo de execução contratual será contado em dias consecutivos a partir do dia seguinte da Ordem de Serviço e deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de até **150 (Cento e cinquenta) dias**.

14.4. O prazo de vigência contratual será de **até 210 (Duzentos e dez) dias** podendo ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior na forma prevista no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores

14.5. As alterações contratuais, se houver, serão formalizadas por Termos Aditivos, numerados em ordem crescente, sendo-lhes exigidas as mesmas formalidades do contrato



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 22/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
Fis. 195
Rubrica

originalmente elaborado, inclusive quanto a parecer jurídico, atualização da documentação de habilitação e garantia de contrato.

14. 4. Caso a proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato respectivo, dentro do prazo de validade da proposta, poderá a PMI, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado se, alternativamente, a PMI não preferir revogar a presente licitação.

15- DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

15.1. A obra contratada através da presente licitação será realizada na forma de execução indireta no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

15.2. O prazo máximo para execução do objeto da presente licitação será de 150 (cento e cinquenta) dias.

15.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e aprovadas pela PMI, conforme determinações legais.

15.4. O(s) atraso(s) na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão da obra, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta PMI, desde que comprovados na época oportuna.

15.5. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito a PMI, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias Úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada.

15.6. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como, todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT.

16 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1. À Prefeitura Municipal de Itaubal caberá aplicar ao contratado, total ou parcialmente, as sanções previstas no Art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem assim quaisquer outros dispositivos legais, garantindo-se amplo direito de defesa. Caberá também a PMI aplicar as sanções previstas em lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente

Roberto

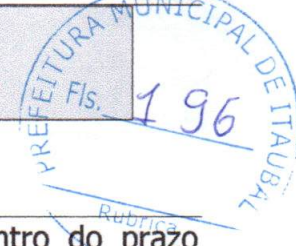


ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI

Fis 23/48



em assinar o contrato, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido.

17 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento processar-se-á em conformidade com a minuta contratual em anexo.
- 17.2. O pagamento deverá ser efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças, mediante apresentação de Nota Fiscal, emitida em Reais, devidamente atestada por pessoa designada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para esse fim, por meio de crédito bancário em conta corrente do contratado, sendo que a primeira parcela não superior ao determinado no Cronograma Físico-Financeiro da obra, mediante apresentação do Boletim de Medição dos Serviços Executado e contratado, obedecendo ao Cronograma Físico-Financeiro estabelecido para os referidos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 17.3. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado ou fracionado do valor de cada parcela contratual de acordo com o cronograma físico-financeiro, salvo pequenas compensações de materiais e serviços executados, mantido o preço final da parcela.
- 17.4. Se ocorrerem aditivos que incluam acréscimo de valores e quantidades dos serviços e materiais, a proponente deverá readequar este aditivo ao cronograma físico-financeiro original, e rerepresentá-lo com as devidas alterações.
- 17.5. O novo cronograma físico-financeiro deverá acompanhar a solicitação de aditivo.
- 17.6. As faturas, a partir da segunda parcela, deverão vir acompanhadas dos comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e folha de pagamento do pessoal da obra, relativos ao mês imediatamente anterior, observadas as definições das cláusulas da minuta contratual em anexo.

18 – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. Os objetos desta licitação serão fiscalizados e recebidos de acordo com o disposto no art. 69; art. 73, inciso I e art. 76 da Lei nº.8.666/93.
- 18.2. O objeto deverá atender rigorosamente, as especificações estabelecidas nesta Tomada de Preços e na proposta vencedora.
- 18.3. A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a quem está designar, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, as especificações e demais requisitos, bem como, autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar

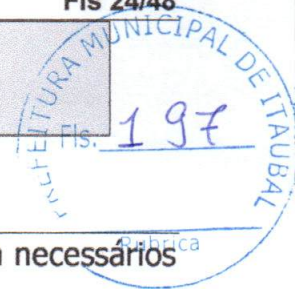


ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fis 24/48

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI



problemas executivos, assim como, participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

18.4. A fiscalização se efetivará no local da obra pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou por profissionais designados pela mesma.

18.5. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, sendo exercida no interesse exclusivo da PMI e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

18.6. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra, será o DIÁRIO DE OBRAS, fornecido pela empresa, onde tanto a contratada quanto a fiscalização deverão proceder a anotações diárias, visando a comprovação real do andamento da obra e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados de ambas as partes. O DIÁRIO DE OBRAS deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa iniciar os serviços.

18.7. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da contratada ou de seus contratados no interesse dos serviços.

18.8. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização ou pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

18.9. A contratada fica obrigada a manter a obra em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.10. Decorrido o prazo do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela PMI, e comprovado o pagamento da contribuição devida à previdência social relativa ao período de execução da obra, mediante a apresentação do Certificado de quitação do INSS e comprovante do FGTS, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.11. A contratada, executado o objeto contratual, responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro de 2002.

19 – DO REAJUSTE

19.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

- O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil- INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;
- A data base adotada será MÊS/ANO



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**

Fls 25/48



c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = I - I_0 \times V$$

- R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;
I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
I₀ - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base

20 – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

20.1. Cabe ao Contratante:

- definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado por projetos básico/executivo complementares, especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dia; tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 21,I, da Lei 8.666/93.

21 – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

21.1 - Cabe à Contratada:

- Contactar com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, no local da obra, os detalhes da execução;
- manter na obra, em tempo integral, uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, todos devidamente qualificados;
- assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à Prefeitura Municipal de Itaubal - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a terceiros;
- implantar na obra, a sinalização de acordo com as normas vigentes;
- não subcontratar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ nº 34.925.214/0001-90
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Minuta do Edital

Fls 26/48

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 03/2022 CL/PMI**



- f) comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los;
- g) especificar no Diário de Obras, os serviços inerentes à Contratada e a(s) Subcontratada(s), bem como, os respectivos números de empregados utilizados;
- h) retirar qualquer empregado que não corresponder à confiança ou que perturbar a ação da Fiscalização, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a notificação;
- i) retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela Fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- l) cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança, Saúde e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- m) providenciar as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como, os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- n) facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão realizadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do serviço.

22 – DA GARANTIA

22.1. O licitante vencedor terá o prazo de 20(vinte) dias após a emissão da ordem de Serviços para apresentar a Prefeitura Municipal de Itaubal, seguro de 5% do valor do contrato, conforme art. 56 da lei 8.666/93.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

O Licitante VENCEDOR